



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

**Repositório Institucional da UNIRIO: implantação do projeto piloto da comunidade da
Escola de Biblioteconomia**

por

Patrícia dos Santos Caldas Marra

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção de título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientador (es): Msc. Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho
Msc. Rosinalva Alves de Souza

Rio de Janeiro, 11/2014

RESUMO

Este projeto propõe a implantação de um Repositório Institucional (RI) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a partir da condução de um projeto piloto, com o objetivo de armazenar, organizar, preservar e dar acesso à produção científica da Universidade, de modo a potencializar a visibilidade dos pesquisadores e maximizar a disseminação dos conteúdos depositados. Ressalta a importância da implementação de um projeto piloto antes do lançamento oficial de um RI.

Palavras-chave: Comunicação Científica. Movimento de Acesso Aberto. Repositórios Institucionais. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	JUSTIFICATIVA	7
3	REFERENCIAL TEÓRICO	10
4	OBJETIVOS	14
4.1	OBJETIVO GERAL	15
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
5	METODOLOGIA	16
6	RESULTADOS ESPERADOS	18
7	REFERÊNCIAS	19
8	CRONOGRAMA	21
9	ORÇAMENTO	22

1 INTRODUÇÃO

A comunicação científica é um processo que visa à disseminação das informações provenientes de pesquisas, por meio de canais de comunicação formais e informais. Desse modo, é importante que haja disponibilidade de canais que possibilitem que esta ação aconteça de maneira eficaz, abrangendo o maior número possível de interessados, sejam eles pesquisadores ou a sociedade de modo geral.

Para Meadows (1999) a maneira como o cientista transmite informações depende de alguns fatores básicos: o veículo empregado, a natureza das informações e o público-alvo. Com o passar do tempo, esses fatores sofrem mudanças, do mesmo modo que a formulação e o acondicionamento das informações também passam por alterações. Porém, ainda hoje, os periódicos científicos são o principal veículo empregado na divulgação dos resultados de pesquisas.

Contudo, segundo Weitzel (2006, p. 99) existe uma crescente evidência que a revista científica não está mais atendendo efetivamente a Ciência, visto que assumiram funções que são mais importantes para a promoção da carreira profissional dos cientistas que para o progresso da Ciência. Além disso, a comunidade científica não consegue mais sustentar os altos custos provenientes da editoração das revistas científicas.

Em um contexto de múltiplas transformações ligadas à globalização, as tecnologias vêm favorecendo novas formas de produção, uso e disseminação da informação. As mudanças causadas pelos novos recursos eletrônicos atingem e modificam estruturalmente os padrões de comunicação científica, que tem sido significativamente impactado pela publicação eletrônica. Nesse cenário de transição, surgem discussões sobre o contexto das iniciativas de acesso aberto à informação científica e das questões que englobam a implantação de repositórios digitais, sejam eles institucionais ou temáticos.

O Movimento de Acesso Aberto (*Open Access Movement – OA*) está no centro das questões que envolvem os novos paradigmas da comunicação

científica e esse tema atinge diretamente o modelo de comunicação científica ainda vigente. Neste modelo, os periódicos científicos eletrônicos cumprem o papel de canal formal da comunicação científica contemporânea. Porém, atualmente, é notória a preocupação com o acesso ao conhecimento por parte dos membros das sociedades científicas, visto que há maior necessidade de se ampliar a divulgação do conhecimento científico para uma parcela maior da população.

Há dez anos, Le Coadic (2004, p. 38) já reconhecia a importância e previa os impactos do movimento de acesso aberto, ao afirmar que “a iniciativa de disponibilizar para acesso livre a literatura científica mundial (*Open Archives Initiative*) modificará grandemente a natureza das publicações científicas, bem como o atual sistema de validação do trabalho científico”.

O maior desafio, porém, é transformar o modelo de acesso aberto ao conhecimento científico em um novo padrão para a disseminação da literatura científica pelas universidades, principalmente no que concerne às dissertações e teses, cujos autores receberam financiamento do governo para a realização da pesquisa. Para atender a Portaria da CAPES nº 13, de 15 de fevereiro de 2006, que institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos, algumas universidades implantaram RI, onde são depositadas teses e dissertações de seus discentes.

No Brasil os investimentos públicos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são amplamente direcionados ao setor acadêmico, mais especificamente ao financiamento de pesquisas para a pós-graduação. A baixa divulgação dos resultados dessas pesquisas para a sociedade é um fator preocupante, visto que o dinheiro que o governo utiliza para financiar tais estudos é proveniente dos impostos pagos pela sociedade. Dessa forma a disseminação gratuita da informação científica deveria ser entendida como uma obrigação do governo para com a sociedade, tornando assim a comunicação científica um processo menos complexo.

O conhecimento científico produzido no âmbito das universidades, geralmente, é externalizado na forma de trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, artigos científicos, entre

outros tipos de publicações. Para garantir a divulgação do conhecimento científico, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) visa implantar seu repositório institucional (RI) com o objetivo de contribuir para ampliar a visibilidade da Universidade, de seus pesquisadores e das pesquisas desenvolvidas por eles.

Portanto, tendo em vista a complexidade das atividades de implantação e consolidação de um RI, o presente trabalho apresenta a proposta de concepção de um projeto piloto que servirá de base para a implementação do Repositório Institucional da UNIRIO, com o objetivo de expor os desafios e perspectivas envolvidos nesse projeto, e dessa forma, contribuir para que instituições congêneres possam refletir a estrutura e o papel dos seus RI com base nessa experiência.

2 JUSTIFICATIVA

A UNIRIO é uma instituição de direito público integrante do Sistema Federal de Ensino Superior. A UNIRIO atua nas áreas de Ensino de Graduação nas modalidades Presencial e a Distância, Pós-Graduação *Stricto Sensu* e *Lato Sensu*, Pesquisa e Extensão e é regida por um estatuto, que dispõe, dentre outros aspectos, sobre a missão, os princípios e o objetivo da Universidade. Sua estrutura organizacional divide-se nos seguintes órgãos: I) Conselhos Superiores; II) Reitoria; III) Centros Acadêmicos; IV) Unidades Suplementares. Para nortear as ações desenvolvidas em âmbito acadêmico, a UNIRIO conta com um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A visão institucional da UNIRIO está diretamente ligada ao reconhecimento da Universidade como instituição de referência na produção e difusão de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural. Sendo um dos seus objetivos institucionais a produção, difusão e preservação do saber em todos os campos do conhecimento.

A ideia de produção e difusão de conhecimento, presente na visão e nos objetivos da Universidade, pode ser observada, também, na missão do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO (UNIBILI) que é fornecer apoio informacional ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da UNIRIO. Para tanto, deve cuidar do patrimônio informacional da universidade, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo o acesso e a preservação dessa informação, esteja ela registrada em qualquer tipo de suporte.

A dispersão da produção técnico-científica publicada pelos docentes, discentes e servidores técnico-administrativos da UNIRIO é um problema que impacta diretamente na preservação, acesso e na posterior recuperação da informação. Desse modo, para garantir a difusão do conhecimento científico e as demandas da comunidade acadêmica, a Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade instituiu um Grupo de Trabalho, composto pela Portaria nº 403/2014, com o objetivo de planejar e desenvolver ações associadas à Biblioteca Digital da

UNIRIO, que engloba o Portal de Periódicos e o Repositório Institucional da Universidade.

De acordo com Costa e Leite (2009, p. 181) a adoção de RI em universidades e institutos de pesquisa apresenta benefícios em todos os níveis. Entre eles, é possível citar:

- **Benefícios para a ciência** - ao mesmo tempo em que cria fluxos alternativos de informação útil para a ciência, reforça e potencializa as funções da comunicação científica, o que, por sua vez, reflete positivamente no avanço e desenvolvimento científico;
- **Benefícios para as instituições que o adotam** - ao mesmo tempo em que instituem ou sistematizam processos coerentes de gestão da informação científica, as conectam com uma rede global e aberta de informação científica, melhorando, assim, seus processos de comunicação científica internos e externos e também a sua visibilidade;
- **Benefícios para o pesquisador** – possibilidade de gerenciar e dar visibilidade à sua produção, aumentando assim o impacto dos resultados da pesquisa que realiza, contribuindo diretamente para o aumento da sua própria visibilidade e prestígio.
- **Benefícios para as bibliotecas** - melhoria do seu status no seio da comunidade acadêmica. Isso porque, ao se envolverem com a criação de repositórios institucionais, novos e relevantes papéis passam a ser desempenhados por seus bibliotecários, além de ser aumentada significativamente a parceria destes com pesquisadores no exercício de suas funções.

Para que um RI possa exercer satisfatoriamente sua função de armazenar, organizar, preservar e dar acesso à produção científica, de modo a potencializar a visibilidade dos pesquisadores e maximizar a disseminação dos conteúdos depositados, percebe-se a importância do cumprimento da segunda fase do modelo teórico para a construção de RI, proposto por Leite (2009), que se refere à

implementação do RI em si e conta com seis etapas: escolha do *software*; metadados; diretrizes e procedimentos para criação de comunidades/coleções; fluxo de submissão, pós-submissão e de depósitos de documentos; políticas de funcionamento; e condução de um projeto piloto.

Desse modo, a implantação do RI da UNIRIO será empreendida a partir da condução de um projeto piloto realizado com um departamento da Universidade, a Escola de Biblioteconomia (EB). O projeto piloto será desenvolvido a partir do estabelecimento da Comunidade 'Escola de Biblioteconomia' e da Coleção a ela vinculada 'Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)' no RI da UNIRIO, de modo que esta ação possibilite o estabelecimento da política de funcionamento do RI e de uma metodologia para o seu povoamento.

Portanto, ressalta-se que a escolha da EB para a implementação deste projeto piloto deve-se ao fato de que a ideia inicial para a criação de um RI na UNIRIO partiu de um projeto de pesquisa desenvolvido por docentes da EB, muitos dos quais são entusiastas e pesquisadores da temática do Acesso Aberto. A escolha da tipologia TCC está relacionada ao fato de que a EB, por ser a primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil, possui um quantitativo considerável de TCC e seu arquivamento no RI garantirá a preservação da Memória da Escola e até mesmo da própria Biblioteconomia brasileira.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Na década de 1990 membros da comunidade científica internacional começaram a empreender ações com o propósito de reduzir as barreiras impostas pelas grandes editoras científicas comerciais à disseminação dos resultados de pesquisas científicas. Assim, em 1991, o pesquisador Paul Ginsparg, do *Los Alamos National Laboratory* (LANL), implementou a primeira iniciativa de repositório digital de acesso aberto, o *ArXiv*, um recurso idealizado para armazenar e divulgar livremente na Internet os *preprints* de artigos na área de física, matemática e ciência da computação.

Entre os dias 21 e 22 de outubro de 1999, foi realizada, no Novo México (EUA), a Convenção de Santa Fé, base propulsora do Movimento de Acesso Aberto. O fórum reuniu membros da comunidade científica dispostos a discutir as possibilidades de criação de padrões que permitissem a interoperabilidade entre repositórios digitais, fato que resultou na criação da Iniciativa de Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative - OAI*). A implantação do modelo *OAI* requer a adoção de requisitos tecnológicos básicos como o *Open Archives Initiative Protocol for Metadata (OAI-PMH)* e o padrão de metadados *Dublin Core*.

Nesse sentido, o contexto de surgimento do Movimento de Acesso Aberto, segundo Guédon (2010, p. 46) está intimamente relacionado ao desejo de acadêmicos e cientistas que sonhavam com as possibilidades oriundas da digitalização e da Internet. Pouco a pouco, esses esforços desconexos se uniram, tendo como ponto de convergência uma "assembleia em Budapeste, convocada nos primeiros dias de dezembro de 2001, pelo programa de informações do Instituto Sociedade Aberta (*Open Society Institute - OSI*)" para discutir as questões do acesso aberto.

Em seguida, houve a divulgação da Declaração de Budapeste (*Budapest Open Access Initiative – BOAI*), em 14 de fevereiro de 2002. A Declaração de Budapeste descreve as duas abordagens do *OA*, a Via Dourada (*Gold Road*), que preconiza publicação de artigos em periódicos de acesso aberto, e a Via Verde (*Green Road*) que recomenda o autoarquivamento de artigos em repositórios digitais. Como ressalta Friend (2013, p. 15) “o encontro em Budapeste foi

rapidamente seguido por encontros semelhantes em Bethesda e Berlim reunindo conclusões similares reforçadas através das perspectivas de grupos diferentes”. Tais encontros resultaram em duas declarações em âmbito internacional, a *Bethesda Statement on Open Access Publishing* e a *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*, divulgadas em 2003.

Para Mueller (2006, p. 27) o movimento OA “pode ser considerado como o fato mais interessante e talvez importante de nossa época no que se refere à comunicação científica”. De acordo com a autora, o OA é um desafio para a comunidade científica, “à medida que, quanto mais amplo o seu sucesso, mais radical será a mudança provocada no sistema tradicional e profundamente arraigado de comunicação do conhecimento científico”.

Tanto a via verde como a via dourada representam um grande benefício aos pesquisadores que desejam ampliar a visibilidade e o impacto da sua produção científica. Guédon (2010) afirma que é possível traçar uma analogia entre os aspectos positivos e negativos da via verde e da via dourada. O autor enfatiza que ambas encontram dificuldades. Na sua concepção, a edição de revistas OA ou a transformação das revistas pagas já existentes em OA é bastante desafiador, sempre que se objetiva recuperar custos ou obter lucros. De forma similar, os repositórios, em particular os institucionais, não são atualizados quando o depósito fica a cargo dos autores, mesmo que haja empenho dos bibliotecários. Portanto, o sucesso, em ambos os casos, é favorecido por rigorosos requisitos institucionais ou governamentais.

Os repositórios institucionais são recursos tecnológicos que, de acordo com Marcondes e Sayão (2009, p. 17), assumem um papel-chave nas políticas de acesso aberto que têm sido estabelecidas por todo o mundo e desse modo “se inserem como um instrumento dentro de uma política institucional, de determinada área do conhecimento ou comunidade acadêmica e, mesmo, nacional”. O estabelecimento da política institucional de informação, segundo Silva (2009, p. 3) é fundamental para a “definição de diretrizes que dizem respeito, principalmente, a aspectos técnicos, da instituição e da comunidade envolvida da qual o repositório será destinado”.

Lynch (2003, p. 2), define o conceito de RI como “um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade para a gestão e disseminação de materiais digitais criados pela instituição e por membros da sua comunidade”. De acordo com o autor, um RI representa essencialmente um compromisso institucional com a gestão dos materiais digitais, incluindo sua preservação a longo prazo, quando apropriada, bem como sua organização, acesso e distribuição.

Para Dodebei (2009, p. 91) um RI “é uma base de dados digital e virtual, de caráter coletivo e cumulativo (memória da instituição), de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição”.

Para Crow (2002) os RI são: "coleções digitais que capturam e preservam a produção intelectual de uma ou mais comunidades universitárias". Segundo o autor, os RI são percebidos como indicadores tangíveis da qualidade de uma instituição, aumentando assim a sua visibilidade, *status* e valor público.

De acordo com Mueller (2006):

Os repositórios institucionais reúnem documentos produzidos na instituição. Por exemplo, repositórios de uma universidade reuniriam toda a produção científica ou acadêmica produzida na universidade, em forma digital, formando coleções de documentos digitais. [...] Todo tipo de documento produzido na universidade seria depositado no repositório universitário, como trabalhos dos professores e pesquisadores apresentados em congressos e reuniões profissionais, versões de artigos impressos, relatórios de pesquisa, programas de disciplinas e textos elaborados para aulas, trabalhos elaborados por alunos, teses e dissertações, trabalhos de disciplinas e outros. (MUELLER, 2006, p. 32).

A implantação de um RI envolve, segundo Leite (2009), quatro fases: 1ª fase - Planejamento; 2ª fase - Implementação do repositório institucional; 3ª fase - Assegurando participação da comunidade; 4ª fase - Estratégias para constituir o sistema global e aberto de gestão e comunicação da informação científica. De acordo com a definição desse autor um RI é:

Um serviço de informação científica – em ambiente digital e interoperável – dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, o registro, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição. (LEITE, 2009, p. 21).

De acordo com as definições de Lynch (2003) e Crow (2002), os RI estão intimamente vinculados às universidades. Segundo Leite (2009, p. 37): “na maioria dos países, a criação de repositórios institucionais tem sido uma iniciativa que parte ou é realizada nas bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa”. No Brasil a situação não é diferente, visto que os RI em grande parte estão vinculados às universidades, que percebem nesse novo canal de comunicação uma nova possibilidade para ampliar a visibilidade das pesquisas desenvolvidas no ambiente acadêmico, contribuindo, dessa forma, para a preservação da memória institucional e acesso ao conhecimento científico pela sociedade.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio de iniciativas como a elaboração de um documento de apoio ao acesso aberto, o “Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, em 2005; a distribuição da versão do *DSpace* e do *Open Journal Systems (OJS)* em língua portuguesa; a implantação do Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (DIADORIM) e do Portal Brasileiro de Acesso Aberto à Informação Científica (oasisbr), mostra-se como um importante incentivador do movimento OA no país.

A implantação de RI no Brasil foi impulsionada no final de 2009, com a primeira distribuição dos *kits* tecnológicos para construção de repositórios e portais de periódicos de acesso aberto, compostos por servidor configurado com sistema operacional baseado na plataforma Unix/Linux; *softwares* básicos como *Apache*, *MySQL* e *PHP*; e pacotes de *softwares open source*: *Dspace* e SEER (Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas). Membros das instituições contempladas com os *kits* participaram de um encontro, realizado pelo IBICT, para tratar das diretrizes para a elaboração e desenvolvimento de um plano de trabalho para implantação dos repositórios (IBICT, 2010).

Nesse contexto, as instituições de ensino e pesquisa brasileiras, sobretudo as universidades públicas, têm implantado seus repositórios institucionais como forma de possibilitar o acesso irrestrito ao conhecimento científico produzido pelos membros da instituição, além de ser um recurso que garantirá tanto a organização e a preservação como uma recuperação eficiente das informações ali armazenadas.

No Brasil o *DSpace* é o sistema mais difundido para a construção de bibliotecas digitais, mais especificamente, de repositórios digitais. Desenvolvido pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT) em parceria com a Hewlett-Pakard (HP), O *DSpace* é um *software open source* que utiliza o protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAIPMH) para intercâmbio de informações, possibilitando a construção de repositórios interoperáveis. Shintaku e Meirelles (2010, p. 21) afirmam que “a estrutura informacional do *DSpace*, pelo qual o acervo do repositório é disponibilizado, é hierárquico, composto por Comunidades, Coleções e Itens”. De acordo com os autores esse tipo de estrutura permite a organização de acervo e facilita a recuperação dos objetos digitais depositados.

4 OBJETIVOS

O ponto de partida para a realização desse projeto está relacionado à demanda de uma Instituição de Ensino Superior Federal (IFES) que visa implantar seu repositório institucional. Dessa forma, temos:

4.1 OBJETIVO GERAL

Propor uma abordagem para o povoamento do Repositório Institucional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro a partir da implementação do projeto piloto da Comunidade 'Escola de Biblioteconomia'.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer a metodologia para o povoamento da Comunidade 'Escola de Biblioteconomia' a partir da Coleção a ela vinculada 'Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC)';
- Estabelecer a Política de funcionamento da Comunidade, respeitando as particularidades de cada tipologia documental e os direitos autorais;
- Elaborar um 'Termo de Autorização e de Declaração de Distribuição não exclusiva' para a publicação de documentos no RI da UNIRIO.

5 MEDODOLOGIA

A iniciativa para a criação de um repositório institucional na UNIRIO, como mencionado, partiu de um projeto de pesquisa desenvolvido por docentes da Escola de Biblioteconomia, que teve início em 2009. Desse modo, é importante ressaltar que as seguintes etapas de implementação do RI já foram concluídas:

- Etapa 1 - Instalação do *software* do *DSpace* no servidor da Universidade;
- Etapa 2 - Definição da estrutura para as Comunidades, Sub-comunidades, Coleções e Itens. Dessa forma, foi possível reproduzir em comunidades a atual estrutura organizacional da UNIRIO;
- Etapa 3 - Definição da estrutura de metadados, em *Dublin Core*, para cada tipologia documental que irá compor as Coleções.

De modo a viabilizar a execução dos objetivos preestabelecidos, este projeto visa à implementação do Repositório Institucional da UNIRIO a partir de um projeto piloto, constituído por 08 (oito) etapas distintas, conforme detalhado a seguir:

- **Etapa 4** – Definição da equipe responsável por implantar o projeto piloto;
- **Etapa 5** – Realização de um levantamento quantitativo dos TCC defendidos entre 2010 e 2014;
- **Etapa 6** – Realização de treinamentos:
 - Treinamentos para a equipe responsável por implantar o projeto piloto, de modo a possibilitar que todos tenham maior familiaridade com as funções oferecidas pelo *DSpace*;

- Treinamentos para a equipe da biblioteca vinculada à EB, para que possam ter condições de realizar a edição e revisão dos metadados, bem como a indexação dos documentos;

- **Etapa 7** – Definição do fluxo do processo de submissão dos conteúdos da Coleção que fará parte do projeto piloto;

- **Etapa 8** – Elaboração do ‘Termo de Autorização e de Declaração de Distribuição não exclusiva’ para a publicação de documentos no RI da UNIRIO

- **Etapa 9** – Início das atividades de inserção dos documentos e de seus respectivos metadados;

- **Etapa 10** – Realização de reuniões de acompanhamento das atividades desenvolvidas pela equipe envolvida na execução do projeto piloto;

- **Etapa 11** – Avaliação das dificuldades e percepções da equipe que participou do projeto piloto durante o desenvolvimento das atividades de coleta e inserção dos TCC no RI.

6 RESULTADOS ESPERADOS

A perspectiva é que o projeto piloto, a ser realizado com os Trabalhos de Conclusão de Curso de graduação da Escola de Biblioteconomia, seja iniciado até março de 2015. Espera-se que este projeto motive a criação de um Grupo de Trabalho voltado ao estabelecimento de uma Política Institucional de Informação (PII) da UNIRIO, fundamentada nos princípios do Acesso Aberto ao conhecimento científico.

Ao estabelecer sua PII, a universidade reconhece a importância da implantação de ações que garantam a disseminação e a preservação da sua produção científica. A PII permite definir parâmetros para lidar com questões como os direitos autorais e o Acesso Aberto, de modo a facilitar e ampliar o acesso à produção científica da instituição.

Portanto, acredita-se que projeto piloto de implementação do Repositório Institucional da UNIRIO, aqui proposto, possa ser considerado como um primeiro passo em direção à consolidação da estratégia da Via Verde na UNIRIO, de modo a tornar o autodepósito uma prática institucional em um curto espaço de tempo. Com isso, espera-se a ampliação do repositório institucional a outros departamentos da UNIRIO que não apenas a do projeto piloto.

Acredita-se, também, que o RI da UNIRIO torne-se um espaço virtual com a possibilidade de armazenar e divulgar os trabalhos e pesquisas desenvolvidos pelos membros da instituição, preservando a produção científica, tecnológica, artística, cultural e administrativa da Universidade, garantindo a preservação da memória institucional da UNIRIO.

Por fim, espera-se que o RI forneça indicadores tangíveis acerca da produção científica da universidade, pois de acordo com Leite (2009, p. 22), além disso, os RI “podem demonstrar a relevância científica, social e econômica de suas atividades de pesquisa, aumentando a visibilidade, o *status* e o valor público da instituição”.

7 REFERÊNCIAS

CROW, Raym. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. Washington, DC: Scholarly Publishing & Academic Resources Coalition, 2002.

Disponível em:

<http://works.bepress.com/cgi/viewcontent.cgi?article=1006&context=ir_research>

. Acesso em: 25 set. 2014.

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. 2009. In: ___ SAYÃO, L. et al. (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador, EDUFBA, 2009. p. 83-106.

FRIEND, Frederick. From toll access to Open Access: the concept and evolution of new models for research communication. In: RODRIGUES, Eloy; SWAN, Alma; BAPTISTA, Ana Alice (Eds.). **Uma década de acesso aberto na UMinho e no mundo**. Braga: Universidade do Minho, 2013. p. 15-24.

GUÉDON, Jean-Claude. Acesso Aberto e divisão entre ciência predominante e ciência periférica. In: FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; TARGINO, Maria das Graças (Orgs.). **Acessibilidade e visibilidade de revistas científicas eletrônicas**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

IBICT. **Repositórios brasileiros de acesso aberto serão lançados amanhã**. 2010. Disponível em: < <http://blogrib.wordpress.com/2010/10/14/repositorios-brasileiros-de-acesso-aberto-serao-lancados-amanha/> >. Acesso em: 20 set. 2014.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2004.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009.

LYNCH, Clifford A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. **ARL**, n. 226, p. 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 27 set. 2014.

MARCONDES Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando et al. (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador, EDUFBA, 2009. p. 09-21.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewArticle/826/667>>. Acesso em: 26 set. 2014.

SHINTAKU, Milton; MEIRELLES, Rodrigo. **Manual do DSPACE**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010.

SILVA, Fernando Ferraz. A implantação de repositório institucional na academia de polícia militar do estado de Goiás. **REBESP**, Goiânia, v.1, n. 1, p. 5-15, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/viewFile/76/30>>. Acesso em: 27 set. 2014.

WEITZEL, Simone da Rocha. Fluxo da informação científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto da (Org.). **Comunicação e produção científica**: contexto, indicadores, avaliação. São Paulo: Angellara Editora, 2006. p. 85-114.

8 CRONOGRAMA

MESES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
ETAPAS												
Definição da equipe responsável por implantar o projeto piloto												
Realização de um levantamento quantitativo dos TCC defendidos entre 2010 e 2014												
Realização de treinamentos												
Definição do fluxo do processo de submissão dos conteúdos												
Elaboração do 'Termo de Autorização e de Declaração de Distribuição não exclusiva' para a publicação de documentos no RI da UNIRIO												
Início das atividades de inserção dos documentos e de seus respectivos metadados												
Realização de reuniões de acompanhamento das atividades desenvolvidas pela equipe envolvida na execução do projeto piloto												
Avaliação das dificuldades e percepções da equipe que participou do projeto piloto durante o desenvolvimento das atividades de coleta e inserção dos TCC no RI												
Ampliação do repositório institucional a outros departamentos da UNIRIO que não apenas a do projeto piloto												

9 ORÇAMENTO

O cálculo orçamentário não se aplica a este projeto, visto que as ações empreendidas para a implantação e posterior gerenciamento do RI, serão inseridas na rotina de trabalho da instituição.